



A costa algarvia três séculos depois – o olhar da História e da Geografia

Antónia Fialho Conde - virginia@uevora.pt ; Maria Virgínia Henriques - virginia@uevora.pt ;
Nuno Guiomar Gracinhas - virginia@uevora.pt ;

Fortificação abaluartada; Dinâmica litoral; Georeferenciação

O período moderno caracterizou-se, a nível europeu, pela circulação de mestres e ideias em diversos domínios, onde destacamos a arquitectura e a engenharia militares. Neste contexto, Portugal regista a presença de mestres italianos, flamengos, franceses, entre outros, determinantes para a formação de mestres nacionais no domínio citado, num espaço geográfico que ultrapassou largamente as actuais fronteiras do país. Por razões políticas, o século XVII ditaria o reforço da fronteira terrestre, o que não impediu o surgir de diversos planos para defesa da costa, nomeadamente da costa algarvia. Uma destas propostas foi assinada por Mateus do Couto, sobrinho, contidas numa Pasta, hoje espólio documental da Biblioteca Pública de Évora. A Pasta contém 27 Cartas, intituladas, no primeiro fólio, como Cartas Marítimas do Reino do Algarve, em papel com marca de água, aguareladas, referindo-se a fortes, fortificações, um convento e fortificação, seguindo uma lógica, depois de uma representação da costa algarvia, de sotavento para o barlavento. As Cartas estão assinadas, e em duas delas, o desenho está datado: é o caso da fortificação de Sagres, datada de 10 de Junho de 1686, feita em Lisboa, e da de Castro Marim, que indica apenas o mês e o ano (Junho 1686).

A dimensão das Cartas é, em geral, de 58*43cm (com excepção da Carta da Fortificação de Castro Marim com 1,02*1,07m, do Desenho da Costa Algarvia com 0,58*1,26m, da carta da fortificação de Faro com 1,14*1,13m, a da cidade de Lagos com 88*58cm e a carta da fortificação de Sagres com 1,15*0,43m) com diferentes escalas: o petipé é indicado em varas, braças de 10 palmos, em braças, em palmos e em palmos craveiros, estando todas orientadas para o Norte.

A comunicação apresenta a aplicação e aceitação das regras do abaluartado entre o barlavento e o sotavento algarvios, mas especialmente, e porque se trata de uma proposta que nos legou excelentes evidências da região ao nível da paisagem e da ocupação do solo, explorar alguns casos concretos que expressam, através da abordagem da Geografia e do uso de tecnologias

IV SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA



actuais, a evolução da costa algarvia. Trata-se de uma abordagem que expressa a mais valia da interdisciplinaridade nas áreas científicas da História, da Geografia, da Paisagem e do Património, à semelhança da herança do século XVII que também consagrava a aproximação entre áreas do conhecimento como testemunhamos nas propostas legadas por Mateus do Couto.

O Autor apresenta com rigor as fortificações da costa algarvia, acompanhadas de um pequeno enquadramento fisiográfico da área. A representação revela um observador atento, que nuns casos recorre a elementos geográficos: linhas de água, canais importantes, restingas, sapais. Noutros, representa com grafismos diferenciados os litorais arenosos, pantanosos ou de arriba, que facilitam e enriquecem a leitura. Referem-se como exemplo a representação perspectivada das arribas no cabo de S. Vicente ou o entrelaçado dos canais de maré no sapal de Castro Marim.

A localização precisa das fortificações cartografadas nem sempre foi possível. Contudo, verificou-se que as construções assentes sobre arribas modeladas em rochas mais resistentes à erosão são facilmente identificáveis no terreno, assim como as construídas em locais baixos, cobertos por dunas ou restingas onde prevaleceram condições de abrigo e acumulação. Nos locais de litologia mais branda não é possível localizar a maioria das fortificações, havendo informações que indiciam o seu desaparecimento em virtude de um acentuado recuo da linha de costa.

Atendendo à riqueza do espólio, inédito, avalia-se se o rigor que este Autor apresenta nas fortificações corresponde também ao rigor dos elementos naturais que acompanham as plantas. Esta abordagem é feita através de correcção geométrica pelo ajuste das imagens a um espaço definido por um sistema de coordenadas de referência. Esta tarefa compreende o registo (com translação e rotação da informação) ou a rectificação (ou warping) através do ajuste a um polinómio de primeira, segunda ou terceira ordens, conforme o erro obtido durante o processo de georeferenciação. Este processo consiste no reconhecimento de pontos de controle (GCP ou ground control points) na imagem, na entrada das coordenadas reais dos GCPs, e na escolha do polinómio a ser aplicado à transformação. Uma vez que a selecção dos pontos de controle é decisiva para a qualidade da correcção geométrica, e como as imagens são muito antigas opta-se por utilizar o edificado. Na impossibilidade de o fazer, terão de encontrar-se outras referências físicas coincidentes entre a imagem a georreferenciar e a imagem georreferenciada a usar como base.

Há ainda a possibilidade de exploração da localização geoestratégica do desenho original com a linha de costa actual, possibilitando uma leitura diacrónica.